

Entraram Mais Alunos

Este ano, a percentagem dos alunos que entrou no Ensino Superior na primeira fase do concurso nacional de acesso - 68 por cento - registou uma subida considerável em relação ao ano anterior, em que a percentagem tinha sido apenas de 53 por cento. Traduzindo em números redondos, verificou-se que, dos 52.122 candidatos ao Ensino Superior, ficaram colocados 35.452.

Para este resultado terá contribuído significativamente o facto do número de candidatos ter descido de uma forma algo brusca - 20 por cento - e também por as vagas autorizadas pelo Ministério da Educação terem aumentado 10,6 por cento.

De qualquer modo, são 19.438 os alunos que este ano ficaram de fora (um número bastante inferior ao do ano passado). Destes candidatos, quase três mil foram automaticamente excluídos por não reunirem as condições necessárias para a candidatura.

Assim, aos 16.670 que não tiveram notas para entrarem resta-lhes a segunda fase (que decorrerá entre 1 e 8 de Outubro), onde estarão a concurso as 4.383 vagas que ficaram por preencher na primeira fase - mais 43,9 por cento do que em 1996 -, as que restarem dos concursos especiais, as ocupadas na primeira fase por alunos que não chegaram a matricular-se e outras que venham a ser libertadas por estudantes já colocados, mas que obtiveram nova colocação na segunda fase.

O aumento do número de vagas sobrantes pode ser explicado com o aumento do percentil. A nota mínima de acesso é igual à do ano anterior, mas na maioria das universidades entravam estudantes com notas abaixo da mínima até ficarem preenchidas 55 por cento das vagas existentes. Na maioria dos Politécnicos a fasquia era mais baixa: o percentil era de 25 o que equivale a dizer que entraram alunos até estarem completas 75 por centos das vagas.

Refira-se ainda que, segundo dados do Ministério da Educação, 52,5 por cento dos jovens conseguiram lugar no curso que colocaram como primeira opção, 17,4 por cento viram a sua candidatura ser aceite no curso escolhido em segundo lugar, 10,8 por cento no terceiro, oito por cento no quarto, 6,2 no quinto e, finalmente, 5,2 por cento foram admitidos no curso escolhido em sexto lugar.

Ainda assim, há cursos que, para muitos, nunca passam de um sonho, dado o grau de inacessibilidade. Medicina, por exemplo, voltou a atingir médias altíssimas: o último aluno a entrar neste curso na universidade do Porto (a que registou notas de entrada mais elevadas) tinha média de 186,3. A seguir a Medicina, Dentária e Medicina Veterinária, seguiu-se o curso de Arquitectura no topo dos mais difíceis, com notas de entrada superiores a 17 valores, depois Ciências Farmacêuticas e Ciências do Meio Aquático.

As notas mais baixas, a exemplo do ano anterior, verificaram-se nos cursos, tanto das universidades como dos politécnicos, que exigiam como disciplina específica a Matemática e a Física, cursos esses que começam quase todos por Engenharia. A nota de entrada mais baixa, por exemplo, verificou-se no curso de Engenharia Física - 65,8 - da Universidade de Aveiro.

NOVA CONTESTAÇÃO

A LEI DO FINANCIAMENTO

Com as aulas em fase de arranque, os estudantes universitários decidiram cerrar fileiras, alertar os caloiros e partir para uma contestação à Lei do Financiamento do Ensino Superior. Numa reunião recentemente realizada no Porto, associações académicas de todo o País decidiram 'entupir' os serviços de Acção Social Escolar das universidades com pedidos de bolsas de estudo por parte de todos os alunos. O objectivo é adiar o momento de cobrança das propinas e alertar os novos universitários para o mau funcionamento do sistema.

Cansados de serem constantemente 'colados' ao 'não pagamos', os estudantes pediram uma audiência ao Presidente da República, com o intuito de dar a conhecer o desinvestimento do Governo no Ensino Superior e pretendem, igualmente solicitar audiências ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República e grupos parlamentares.

As academias dizem que, da Lei do Financiamento, foram regulamentadas apenas as medidas restritivas (por exemplo as

prescrições e as propinas) e as positivas esquecidas. Por isso, depois de entupirem os serviços das universidades pretendem avançar para 'grandes atitudes nacionais contra o Orçamento de Estado para as Universidades e a Lei do Financiamento, explica Ricardo Almeida, presidente da Federação Académica do Porto (FAP).

No início de Outubro os estudantes estão de novo reunidos. Objectivo: preparar uma posição pública sobre orçamento e qualidade do ensino e tomar uma atitude firme sobre os grupos de contacto do Ministério da Educação, a quem acusam de estar a fazer propaganda política.

No meio disto tudo o que parece ser importante são os números: o Ministério da Educação diz que o orçamento para as universidades aumentou, os estudantes garantem que o aumento só se verifica se se contemplar as propinas, que são receitas próprias das universidades. E algumas universidades, como por exemplo a Clássica, a Nova de Lisboa e a de Coimbra, fazem eco disso mesmo, ao afirmarem que vão recorrer às verbas das propinas para fazer face a despesas correntes.

Luísa Melo